



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO - COMPISP

10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMPISP

Pauta: Cadastramento de cestas básicas

Conselheirxs de Governo: Josiane de Paula Santos (conselheira suplente de SMDHC)), Roseli Allemann (conselheira suplente de SVMA), Wilma Tanaka (conselheira suplente de SMADS), Catherine Russo (conselheira Titular SMS), Fernanda Mota (conselheira titular da SMDet), Guilherme Brito (conselheiro Titular da SMC).

Conselheirxs de Sociedade Civil: Avani Florentino (presidente do conselho e representante da etnia Fulni-ô), Irádzu - Gilson de Souza (conselheiro titular da etnia Kariri-Xocó), e Ivone da Conceição (Conselheira suplente da etnia Pankararu), Renato Pankararé (Conselheiro titular da etnia Pankararé).

Participantes de Governo: Iva Batista (Coordenadora da COPIND), Ligia Salomão (Assessora da CPDDH), Matheus Silva (CPDDH), Elisa (DPS), Simone Souza (Assessora da COPIND), Vitoria Carvalho (Assessora da SVMA) Marcos (DPS), Marina Yamamoto (Cidade Solidaria), Natalia (Cidade Solidaria).

Participantes Organizações Social/ouvintes: Akayse Fulni-ô, Joel Kariu Kariri, Denilza Kaimbé, Roseli Coa Pataxó hã hã, Kilvane Pankararu, Tania Guarani Nhandewa, Juan Cusicanki Aymara, Alex Kaimbé, Dayana Rodrigues, Mary Xucuru.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO - COMPISP

Às 12h30 min do dia 31 do mês de outubro do ano de 2025, presencial no endereço Rua Líbero Badaró nº119 - Sé e online no seguinte link <https://meet.google.com/cco-avpw-zeg> mínimo de 7 pessoas estabelecidas em regimento interno. Reuniram-se os conselheiros (as) a fim de discutirem a pauta do dia. A Avani Fulni-ô presidiu a reunião com o apoio da Iva Batista, Coordenadora dos Povos Indígenas, trazendo algumas informações aos membros descritos no preâmbulo desta ata participaram da 10ª reunião ordinária.

Informe:

A reunião teve início com Avani Fulni-ô, informando que foi chamada para participar de uma reunião na secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, para tratar do assunto referente ao processo de escolha dos novos conselheiros do COMPISP, ressaltou que a secretaria precisa ouvir mais as lideranças indígenas e realizar a escolha dos novos conselheiros com diálogo com os indígenas. Elisa relatou que Avani informou que estava com dúvidas referente o edital e processo de escolha dos novos integrantes do COMPISP, por esse motivo, Avani foi chamada para uma reunião com Iva, Coordenadora da Coordenação dos Povos Indígenas, juntamente com representantes do Departamento de Participação Social (DPS) e da Secretaria adjunta Estela, ocasião em que suas dúvidas sobre o edital e o processo eleitoral foram esclarecidas. Elisa ressaltou que na reunião Avani foi consultada se haviam mais dúvidas referente ao processo e ela informou que não. Elisa explicou que o processo seguirá com visitas nas aldeias para fazer inscrição dos nomes indicados e os indígenas do contexto urbano a reunião seguirá na SMDHC. Ressaltou que a secretaria está buscando uma maior participação dos indígenas nesse processo de escolha dos novos conselheiros, destacou que a secretaria quer trabalhar mais as políticas públicas para a população indígena, no



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO - COMPISP

quesito saúde, habitação, educação. Destacou que jovens indígenas cometem suicídio, se envolvem com álcool, drogas, problemas na escola devido também a discriminação que sofrem, e que essas questões são pautas indígenas de extrema importância. Avani destacou que é importante a participação de todos, mas que na gestão atual é preciso respeitar e ouvir as etnias que compõem o conselho atual, somente com a nova gestão será aberto para a inclusão de novas etnias no conselho, ressaltou que as reuniões são abertas para os indígenas participarem somente como ouvintes sem direito nas questões que envolvem voto. Akayse destacou ser necessário ouvir as lideranças guarani e as lideranças que ainda estão compondo o conselho, Iva destacou que é preciso seguir o que está na lei conforme documentos que regem e que é de conhecimento de todos e não será feito nada diferente do que os indígenas estão pedindo. Será realizado as inscrições dos indicados de cada etnia e a assembleia final para formalização, não será feito nada que não for do consentimento de todos. Ligia ressaltou que os indígenas do Jaraguá e os indígenas da terra indígena Tenondé Porã precisa verificar quantos serão os indicados de cada lugar. Avani destacou que são seis cadeiras para os Guarani, sendo que Jaraguá vai indicar um titular e suplente. Parelheiros zona sul Terra indígena Tenondé Porã, serão 4 indicados dois titulares e dois suplentes. Elisa informou que o Departamento de Participação Social está entrando em contato com as lideranças de cada etnia para confirmar as datas e realização da inscrição dos nomes indicados, destacou ainda que foi realizada reunião com a Funai para tratar sobre o assunto. Iradzu afirmou compreender que, caso o pessoal da Secretaria queira ir até as aldeias realizar visitas, eles podem fazê-lo, porém é necessário definir um prazo e uma data limite para essa ação, pois o processo está demorando muito e as reuniões têm se encerrado sem uma resolução efetiva. Ressaltou a necessidade de agilizar o andamento, considerando o pouco tempo restante no ano para que o processo seja concluído. Iva informou que as datas já estavam pré definidas, porém houve algumas alterações, e DPS irá agendar e confirmar as novas datas. Iradzu



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO - COMPISP

manifestou estar decepcionado, afirmando que não estão escutados os indígenas que compõem o conselho. Relatou ainda que conversou com os Kariri Xocó para verificar se alguém teria interesse em participar do conselho, mas ninguém se mostrou disposto. Destacou que enquanto liderança e representante dos Kariri Xocó somente vão participar da reunião online depois que a secretaria já estiver resolvida a questão das indicações com as Guarani. Avani ressaltou que em diálogo com indígenas da aldeia Krukutu e Tenondé Porã e demais aldeias, as indicações só vão acontecer depois do dia três, tanto para o COMPISP, e CEPISP, destacou que nas indicações para o conselho estadual não está havendo brigas desentendimentos, igual está acontecendo no conselho municipal devido a secretaria querer fazer do seu jeito e não ouvir os indígenas. Destacou que sempre estão mencionando a convenção 169, e mesmo assim o poder público não leva em consideração suas falas. Informou ainda que alguns indígenas participarão da COP 30, que acontecerá em Belém do Pará, ressaltando que o objetivo desse evento é que as vozes e reivindicações dos povos indígenas sejam ouvidas e consideradas. Yradzu destacou que se a secretaria quisesse trabalhar junto com o conselho, seria muito mais fácil, levando em consideração que já está a muito tempo sem ter a indicação, simplesmente poderiam chamar a presidente do conselho, se juntar unir esforços e dialogar diretamente com as comunidades das aldeias, ressaltou que da forma como estão conduzindo o processo, fica difícil avançar, e quem acaba sendo prejudicado são os próprios indígenas, destacou que se continuar desse jeito, termina o ano o próximo também, e nada será resolvido. Iva destacou que será realizado ainda esse ano, informou que a Coordenação está acompanhando o andamento, e ressaltou que é necessário cumprir as regras e seguir as orientações estabelecidas. Alex destacou que é preciso verificar a boa conduta de quem for participar do conselho, pois em muitos contextos algumas representatividade indígenas está trazendo negatividade para o movimento indígena, enfatizou que o conselho precisa ser reestruturado e que tenha abertura para as



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO - COMPISP

peessoas se manifestar e ser representado nesses espaços, destacou que o conselho deve repassar as informações a todos e não se fechar em um pequeno grupo. Joel destacou que o conselho é de extrema importância e precisa existir, é um espaço essencial de escuta e fala, quem está dentro do conselho independente de etnia representa a sua etnia como também representa os povos originários, mencionou que no último senso houve um aumento das etnias dos povos indígenas no Brasil, o que reforça a necessidade de garantir maior abertura e representatividade nesses espaços de forma muito organizada. Enfatizou que o conselho deve atuar em parceria com a Secretaria e com a Coordenação, de modo a realmente promover e ampliar as políticas públicas voltadas para os povos indígenas, ressaltou ainda que, em diversas reuniões observadas, percebeu-se que muito tempo é gasto em discussões que poderiam ser resolvidas de forma séria e objetiva e com poucas palavras, reforçou, a importância de os parentes acolher uns aos outros, fortalecendo a união entre as comunidades indígenas. Denilza destacou que, muitas vezes, a mulher é mais sensível, e que Avani precisa ser acolhida, apesar de ter um gênio forte, é importante compreender que não é fácil estar à frente. Ela reconhece a correria de Avani e o quanto essa responsabilidade exige. Iva informou que Wilma deu a devolutiva referente ao atendimento dos indígenas atendidas na aldeia Itacupe do Jaraguá. Informou que a secretaria está caminhando para fechar uma parceria com a SPDM, referente as vagas afirmativas e empregabilidade para pessoas indígenas, como estagiários, profissionais formados e nível médio. Roseli pediu para fazer um desabafo, e informou que tem uma filha com deficiência que precisou passar por uma cirurgia, ela destacou que utilizou a pouca economia que tinha guardada para buscá-la no hospital, chamar táxi e comprar fraldas. Sobre esse assunto, Iva informou que foi em um evento e lá conversou com Silvia Greco da Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), ela informou que participou de uma reunião e querem fazer o levantamento do número de pessoas indígenas com deficiência, Iva ressaltou que, caso alguém tenha algum



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO - COMPISP

parente nessa situação, pediu que passem as informações para que seja repassada para a secretaria que tem programas voltados para as pessoas indígenas com deficiência. Roseli destacou que está em busca de vaga no Programa Pot para suas filhas indígenas a algum tempo, é até agora não teve um retorno. Iva informou que vai procurar informações referente ao POT e dará um retorno para Roseli. Akayse destacou que foi feito um ofício referente a saúde e foi encaminhado via processo SEI e não obtiveram respostas, nesse processo, foi solicitado um olhar especial e atenção para os indígenas em contexto urbano, já que não possuem atendimento básico, como medição de pressão arterial ou acompanhamento de diabetes. Iva perguntou se não fazem parte do programa Saúde da Família. Akayse informou que para indígenas do contexto urbano não tem. Iva informou que vai levantar melhor a informação e dar um retorno. Chamou Catherine que informou que o processo SEI se encontra no ponto da secretaria e não foi enviado para a Secretaria de Saúde. Avani trouxe para a reunião a questão do pagamento referente as atividades e rodas de conversa realizadas no evento do Agosto Indígena, e destacou que até o momento não receberam por parte da produtora o valor total do pagamento de dois mil reais conforme definido. Iva informou que foi conversado com a Secretaria de Cultura e foi acordado de seguir com o pagamento de dois mil reais para cada indígena, destacou que esse valor foi repassado para a produtora, responsável pelo contrato e pagamento dos indígenas, Iva informou que quem não estiver de acordo com o valor recebido, deve questionar com a produtora, tentar chegar em um acordo ou irem para a justiça, destacou que seria bom se ela estivesse na reunião para esclarecimentos. Avani informou que Juliana iria participar da reunião e que devido a alteração da data, ela não conseguiu participar, Avani ressaltou que gostariam de conversar com a Secretaria de Cultura. Iva informou que irá entrar em contato com a Jussara da Secretaria da Cultura, e marcar uma reunião para ela passar as informações e sanar as dúvidas referente ao pagamento repassado para a produtora. Iradzu destacou em sua fala que



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO - COMPISP

duzentos reais para alguns pode não ser nada, mas para os indígenas que estão diariamente na luta para sobreviver, esse valor faz diferença, destacou que não se trata apenas do dinheiro, mas também da honestidade com todos os indígenas.

Pauta : Cadastramento de cestas básicas

Mariana, explicou que o Programa Cidade Solidária está dentro da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento (CESANA) que enquanto uma secretaria executiva está vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, informou que atualmente são distribuídas duas mil trezentos e sessenta e quatro cestas básicas para a população indígena no município de São Paulo. Explicou que de modo geral o poder público realiza a distribuição para pessoas físicas e por meio de organizações da sociedade Civil, já para a população indígena a distribuição conta com a contribuição das lideranças que recebem as cestas e repassam para a comunidade. Explicou que o Programa Cidade Solidária foi feito no contexto da Pandemia, e as programas lançados nesse período e as portarias que regulamentam foram feitos com celeridade para atender a população. Atualmente passados três anos se está verificando todas as portarias, normativas para aplicar o aprimoramento, ressaltou que todo programa ou política pública quando lançada é mais aberta no decorrer é verificado o que precisa ser aprimorado. No Programa Cidade Solidária vem ocorrendo diversos tipos de denúncias de modo geral. Para uma melhor transparência se está fazendo um novo sistema de cadastramento para as pessoas que recebem as cestas básicas. Todas as organizações que distribuem vão estar responsável por inserir os beneficiários no sistema conforme a nova portaria. No contexto da população Indígena destacou que as lideranças indígenas poderão contribuir ajudando a mapear, pois têm o



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO - COMPISP

conhecimento dos territórios e das pessoas beneficiadas, ressaltou que será preciso sistematizar incluir o nome e os dados da pessoa e cadastrar na plataforma, destacou que dependendo da localização se sabe das dificuldades com a internet e infraestrutura que a população indígena tem. Diante disso informou que a Coordenação dos Povos Indígenas e os técnicos vão fazer a ponte e contribuir nesse processo. Destacou que foi realizado reuniões anteriores para alinhamento e entender todos os contextos. Explicou as características do sistema, no qual serão incluídos o nome e o CPF do beneficiário que recebe a cesta básica. Informou que essa pessoa precisa estar cadastrada no CadÚnico e, para aqueles que não estiverem com o cadastro regularizado, podem ir providenciando. Solicitou o apoio das lideranças indígenas para reforçar a informação junto às comunidades de que a entrega das cestas básicas será vinculada ao CadÚnico. Joel destacou que, para a população indígena, será difícil garantir que todas as pessoas que recebem cestas básicas consigam regularizar seu cadastro. Questionou se haverá uma atenção diferenciada, com equipes indo aos territórios indígenas para realizar esses cadastros, considerando que há idosos e pessoas com dificuldade de deslocamento. Ressaltou ainda que há muita burocracia para receber uma pequena cesta básica. Akayse destacou que o processo para realização do cadastro é demorado, podendo levar meses para ser concluído. Roseli ressaltou que alguns produtos da cesta básica precisam ter melhor qualidade, mencionando que o arroz deveria ser de marca melhor e que o leite fornecido não apresenta boa qualidade, acrescentou que a população indígena tem o direito de reivindicar melhorias, considerando que também pagam impostos. Denilza enfatizou a importância do cadastramento, observando que é necessário, primeiramente, que os órgãos competentes realizem o cadastro dos indígenas, a fim de garantir a regularidade e a inclusão de todos no processo. Avani pontuou que alguns indígenas estão com falta de documentos, o que tem dificultado o processo de cadastramento. Akayse relatou a dificuldade em obter todos os dados dos indígenas para o cadastro, ressaltando que



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO - COMPISP

o público indígena precisa de um tratamento diferenciado, considerando as dificuldades de acesso à internet e de interação com aplicativos, links e plataformas digitais. Kilvane questionou, porque desde quando se iniciou o processo de cadastramento ano passado já não foi elaborado diretamente com base no CadÚnico, destacou que a comunidade não vai querer refazer tudo de novo. Mariana explicou que, gradualmente, as comunidades podem ir se organizando para que, quando a nova portaria entrar em vigor, a maior parte das pessoas já esteja inscrita no CadÚnico. Reforçou a importância de todos realizarem o cadastro, destacando que é necessário prestar contas e cumprir as normas e regras exigidas pelos programas. Solicito a contribuição da Coordenação dos Povos Indígenas na regularização dos cadastros, e na elaboração de justificativas com dados para os casos de exceção, envolvendo pessoas que não conseguirem realizar o CadÚnico. Informou que foi feito um resgate do histórico de entrega de cestas básicas destinadas à população indígena e comunicou que uma nova empresa será contratada para assumir a responsabilidade pelo fornecimento. Sobre a solicitação de troca de itens da cesta básica oferecida aos indígenas, esclareceu que o processo está em andamento, atualmente em fase de análise de orçamento e que, após a conclusão, a Coordenação vai repassar os informes na reunião do Conselho.

A reunião, deu-se por encerrada às **15h40** e, este documento será enviado para todos via e-mail e grupo de WhatsApp para validação, ela será publicada em **Diário Oficial no dia 19.11.2025**.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO - COMPISP

Encaminhamentos

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável	Prazo
01	Verificar com SMDT sobre o programa POT voltado para indígenas.	COPIND	25/11
02	Agendar data de reunião com Jussara da SMC	SMC	25/11

[Josiane de Paula Santos]
Secretaria SMDHC

[Irádzu – Gilson de Souza]
Representante Soc. Civil

[Catherine R. M. Espinoza]
Secretaria SMS

[Ivone da Conceição]
Representante Soc. Civil

[Guilherme Brito]
Secretaria SMS

[Avani Fulni-ô]
Presidente (a)

[Fernanda Cavalcante]
Secretaria SMDET

[Renato Pankararé]
Representante Soc. Civil



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO - COMPISP**

[Roseli Allemann]
Secretaria SVMA

[Tranquilino Karay]
Representante Soc. Civil

[Wilma Tanaka]
Secretaria SMADS